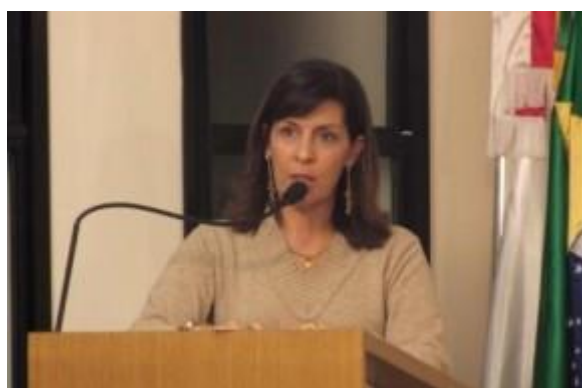


IML: Vereadora propõe solução alternativa

28/06/2011

Na reunião ordinária desta terça-feira (28), a vereadora e presidente da Comissão de Saúde, Cristina Fontes (DEM), trouxe de volta a antiga discussão da implantação do Instituto Médico Legal (IML) no município.



Em sua fala, a vereadora fez um apelo para que essa questão seja resolvida com a máxima urgência, já que quando há falecimento, em alguns casos, os médicos alegam que o atestado de óbito deve ser emitido por um médico legista. Ela baseou sua fala, de acordo, com a resolução de nº 1779/2005 do Conselho Federal de Medicina, questionando a conduta da não liberação imediata do atestado de óbito.

A discussão se arrasta há anos. No dia 03 de maio, de 2010 ,aconteceu uma reunião em Belo Horizonte, com o Superintendente da Polícia Técnico Científica, Dr. Diógenes Coelho Vieira, autoridades e pessoas interessadas, para tratar da questão e de um possível convênio com a Polícia Civil. Em seguida, foi realizada em Viçosa, uma reunião no Consórcio de Saúde e na reitoria da Universidade Federal de Viçosa

Na tarde da última segunda-feira (27), Cristina Fontes se reuniu com o Prefeito, Dr. Celito Sari, que também se mostrou muito preocupado com a situação na cidade, que tem criado comoção social.

Por meio da indicação de nº 187/2011, assinada pelos vereadores, de autoria da vereadora Cristina Fontes, foi solicitado ao Prefeito, que por meio do Consórcio Intermunicipal de Saúde, seja firmado uma parceria com a Polícia Civil visando a contratação de legistas "ad-hoc" e de técnicos de necropsia, com objetivo de atender às demandas dos serviços médicos legistas, até que se construa o Posto de Perícia Integrada (PPI), que requer tempo e recursos.

A vereadora Cristina Fontes, ressaltou a importância da criação deste posto já que a situação é calamitosa no que tange aos trabalhos de médicos legistas. “Queremos que o assunto seja acompanhado de perto, pois a situação em que se encontra não tem como continuar, tem causado muita indignação e revolta na comunidade. É uma luta por uma questão de respeito e dignidade para com as famílias que vivem o momento de luto”, finalizou.

Para o vice-presidente da Casa, vereador Luís Eduardo Figueiredo (PDT), essa situação é lamentável: "Quando deveríamos ter solução para os problemas, nós nos vemos com mais problemas. Até onde vai a responsabilidade do médico, e da família?". E citou o mesmo problema vivenciado por ele quando seu irmão faleceu vítima de um acidente de automóvel, e foi atendido no Hospital São João Batista. E completou: "Por parte do médico que atende pelo SUS, o que tem que existir é a fé pública (não pode ou não deveria haver contestação)".